## Sumário

INTRODUÇÃO		
CAPÍ	TULO I	
	GEM, EVOLUÇÃO E CRISE DO ESTADO FEDERAL	17
1.1.	Origens do Estado Federal	17
1.2.	Distinção entre federação e confederação	21
1.3.	Desenvolvimento e crise do federalismo	24
1.4.	Classificações e qualificações do Estado Federal	31
	TULO II	
CARA	ACTERÍSTICAS DO ESTADO FEDERAL BRASILEIRO	35
2.1.	Elementos característicos de uma federação	
	e a necessidade de sua definição concreta	35
2.2.	Constituição como base jurídica do Estado	36
2.3.	Autonomia dos entes periféricos e o princípio da simetria	40
	2.3.1. Auto-organização	40
	2.3.2. Auto-legislação	42
	2.3.3. Autogoverno	43
	2.3.4. Autoadministração	44
2.4.	Ausência do direito de secessão	46
2.5.	Competências tributárias próprias	
	e distribuição constitucional de rendas	48
2.6.	Formação da vontade nacional por parte dos entes federados	61
2.7.	Existência de um tribunal com competência	
	constitucional de última instância	70
2.8.	Repartição constitucional de competências	74
	TULO III	
COM	PETÊNCIAS MATERIAIS DOS ENTES FEDERATIVOS	85
3.1.	Competências materiais da União	
	e a construção do regime constitucional básico	
	da matéria aplicável a todos os entes federativos	85
3.2.	O Regime Jurídico aplicável	
	ao exercício das competências materiais	95
3.3.	Delineamento de algumas atividades materiais	
	exclusivas da União pelo STF: serviço postal,	
	edição de listas telefônicas e anistia	99
3.4.	Competências materiais exclusivas dos Municípios	104
3.5.	Competências materiais exclusivas dos Estados-membros	111



## JURACI MOURÃO LOPES FILHO

3.6.	Competências materiais reservadas ao Distrito Federal	120
3.7.	Competência comum da União, dos Estados-membros,	
	do Distrito Federal e dos Municípios	121
3.8.	Cobrança judicial da responsabilidade pela implementação	
	das competências comuns por meio de ADI omissiva	128
3.9.	Competências materiais comuns	
	e as competências legislativas respectivas	132
3.10.	O exercício conjunto de competências	
	federativas exclusivas e comum	134
CAPÍ	TULO IV	
	PETÊNCIA CONSTITUINTE DOS ESTADOS-MEMBROS	141
4.1.	O poder constituinte derivado	
	decorrente dos Estados-membros	
	e sua subdivisão em inaugural e de revisão	141
4.2.	Limites ao poder constituinte dos Estados-membros:	
	a noção de princípios da Constituição Federal	147
4.3.	Matérias de reprodução obrigatória	
	segundo jurisprudência do STF	152
	4.3.1. Normas sobre processo legislativo	152
	4.3.2. Competências e formas do Legislativo	163
	4.3.3. Competências do Executivo	170
	4.3.4. Composição e competências dos Tribunais de Contas	178
	4.3.5. Estrutura e funcionamento do Poder Judiciário	181
CAPÍ	TULO V	
	PETÊNCIAS LEGISLATIVAS PRIVATIVAS DA UNIÃO	187
5.1.	Noções gerais	187
5.2.	Competências sobre os ramos do Direito	192
5.3.	Competências sobre matérias jurídicas integrantes	1,2
	de parte de um ramo do Direito	204
5.4.	Competência sobre atividades materiais	215
5.5.	Planos, políticas e sistemas nacionais	218
5.6.	Delegação de competências privativas	
	da União para os Estados-membros	219
CAPÍ	TULO VI	
	PETÊNCIA CONCORRENTE DA UNIÃO,	
	ESTADOS-MEMBROS E DO DISTRITO FEDERAL	225
6.1.	Noções Gerais	225
6.2.	O âmbito de atuação da União:	223
	o difícil conceito de normas gerais	233
6.3.	Competência concorrente suplementar e supletiva	233
٠.٠.	dos Estados-membros e do Distrito Federal	238
	and some of the first of the broken of the first of the f	250

## Sumário

6.4.	Delineamento jurisdicional da competência	
	concorrente suplementar e supletiva	241
6.5.	Os julgamentos das ADIs 2656 e 3937-MC	
	(Caso do Amianto no Estado de São Paulo) e um novo	
	parâmetro de aferição da competência concorrente	
	estadual diante de norma geral nacional	253
	ÍTULO VII	
COM	PETÊNCIA LEGISLATIVA RESIDUAL	
DOS	ESTADOS-MEMBROS	257
7.1.	Noções gerais	257
7.2.	O princípio da subsidiariedade	260
	ÍTULO VIII	
COM	PETÊNCIA LEGISLATIVA DOS MUNICÍPIOS	265
8.1.	Os Municípios no quadro federativo	265
8.2.	Competência legislativa para edição de lei orgânica	274
	8.2.1. A natureza constituinte da lei orgânica	
	e sua relação com a constituição estadual	274
	8.2.2. Os limites constitucionais	
	expressos e implícitos da lei orgânica	285
8.3.	Competências exclusiva e suplementar simples	297
CAP	ÍTULO IX	
COM	PETÊNCIAS LEGISLATIVAS DO DISTRITO FEDERAL	305
9.1.	O Distrito Federal no quadro Federativo	305
9.2.	Competência para edição de lei orgânica	309
9.3.	Os limites da lei orgânica	310
9.4.	Competências reservadas	
REF	ERÊNCIAS	317

